

Sede da Junta de Freguesia de Chaviães

Reunião Ordinária de 29-11-2023

Ata nº 24

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
José Augusto Passos Rodrigo	Vereador	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	F
Maria de Fátima Rodrigues de Sousa	Vereador	p
José Custódio Domingues	Vereador	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	Vereador	F

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 23-11-2023

Operações Orçamentais	572 328,33€
Operações de Tesouraria	768 925,36€
Documentos	0,00€

Início da reunião:14.30 horas

**Esta reunião foi secretariada por Soraia de Fátima Vaz Domingues, Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal.**

## I – Antes da ordem do dia

Iniciou a Reunião o Presidente da Câmara começando por cumprimentar a mesa, de forma especial o Executivo da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Chaviães e Paços e a Presidente da Assembleia de Freguesia.

Deu nota da intervenção no tanque de Fundão, que transformou aquele espaço e o tornou mais aprazível, um local com história, onde por exemplo ocorreu a longa-metragem sobre a partilha de águas em Chaviães. Enalteceu ainda, o trabalho realizado ao nível da habitação social, que mereceu a visita da Ministra da Habitação e teve oportunidade de conhecer o primeiro beneficiário direto de Melgaço, que é da desta freguesia.

Informou ainda que durante a apresentação das Grande Opções do Plano e Orçamento será possível verificar que consta a obra de ampliação do cemitério, projeto que será realizado com o apoio da Autarquia.

Parabenizou o Presidente de Junta e a sua equipa pelo trabalho desenvolvido na freguesia e em prol da população.

Pronunciou-se sobre a Festa do Espumante disse que todos devem ter percebido que o certamente correu muito bem, com um aumento do número de visitantes o que consequentemente se traduz no aumento económico do concelho, em diversos setores. Essa economia gerada não termina no fim de semana em que decorre a Festa, mas também no futuro pois é um evento promocional, não só de espumantes, mas sim de todo o território.

Acrescentou que também nestes dias, aliás como já referiu a Ministra da Habitação marcou presença em Melgaço, onde foi possível dar-lhe nota do trabalho executado ao nível da Habitação Social, dos Beneficiários Diretos no âmbito do 1.º Direito, bem como de outras ambições para essa área. A Ministra teve ainda, oportunidade de visitar as futuras instalações da Residência para Estudantes da Escola Superior de Desporto e Lazer. Por último, foi outorgado o Protocolo de colaboração com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, para implementação e execução do Loteamento de Alvaredo para Arrendamento Acessível.

Informou que foi notícia ontem a abertura do aviso no âmbito do PRR para Requalificação dos Centro de Saúde. Este resultado é fruto de uma luta junto da tutela e da ULSAM, para que os Centros de Saúde do Alto Minho fossem tidos em consideração, para pugnar por ambições para o seu futuro. Todo este processo foi desencadeado pela CIM, conseguindo que se destinem doze milhões para o Alto Minho, mais de um milhão para o Centro de Saúde de Melgaço em requalificação e ampliação.

Encontra-se na Casa da Cultura uma exposição feita por um melgacense, José Domingues, de Lamas de Mouro, ligado ao Direito Constitucional, desenvolveu um trabalho sobre as primeiras eleições parlamentares. Esta exposição esteve exposta na Assembleia da República e agora está em Melgaço.

Interveio o Vereador José Rodrigo começou por justificar as faltas dos Vereadores, a Vereadora devido a um pequeno acidente que a imobilizou e o Vereador por motivos pessoais inadiáveis e imprescindíveis.

Cumprimentou a mesa, as secretárias, o técnico informático, a equipa da Junta de Freguesia e todo o público que acompanha a reunião online.

Relativamente à Festa do Espumante disse que fazia suas as palavras do Presidente. Parabeneizou a equipa pela excelente organização. Contudo, afirmou que o sucesso leva a maior responsabilidade, pelo que fez algumas sugestões como a separação da restauração, mas com

ligação, bem como melhorias na equipa de limpeza que se sentiu algum descuido face a outros anos.

Mostrou a sua satisfação pela notícia de que foram iniciadas diligências para a requalificação do centro de Saúde, esperando que a mesma seja para breve.

Alertou para a necessidade de algumas repavimentações na freguesia, que colocam em perigo quem por elas circula, nomeadamente o acesso a Chaviães pelo lugar de Parada, ou a ligação da Senhora de Lourdes a Sá.

Por último, referiu-se a algumas ocorrências nas freguesias, nomeadamente em Fiães, pela circulação de cavalos sem qualquer controlo, provocando danos a proprietários de terrenos e de até poderem provocar acidentes de viação, pelo que considera que o Município deve melhor acompanhar estas situações e tomar as medidas necessárias para evitar estes constrangimentos.

O Presidente da Câmara respondeu ao Vereador que as sugestões por ele colocadas relativamente à Festa do Espumante já foram realizadas para a Festa do Alvarinho e do Fumeiro, contudo são eventos diferentes, com dimensões diferentes, apesar de que todos os anos são feitas melhorias, correções ou aperfeiçoamentos, que se verificam necessários que permitem a evolução dos certames.

No que toca à requalificação do Centro de saúde a intervenção tem que ser realizada antes de 2026, pelo que a candidatura tem de ser feita ainda este ano e a obra ter início durante o próximo ano.

No que diz respeito às intervenções rodoviárias que o Vereador identificou o Presidente disse que já se encontram há algum tempo nas ambições do Município, contudo ao longo das intervenções realizadas em vias estas não se encontravam nas prioritárias, tendo o Município começado as intervenções pelas questões mais delicadas, espera-se em breve proceder a essas intervenções.

Relativamente aos cavalos que circulam sem o devido cuidado e até ao gado que também circula em iguais condições, tem-se feito ações musculadas, através do serviço de Veterinário Municipal, tentando sensibilizar os criadores e proprietários desses animais para um cuidado com a sua circulação, em especial junto das vias. Afirmou que este problema já teve maior impacto e consequências piores do que atualmente, contudo ainda há trabalho a ser feito.

## II - Ordem do dia

### **Administração Municipal**

338. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n.º 16 de 09-08-2023 e Ata n.º 17 de 23-08-2023.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata n.º 16 de 09-08-2023.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata n.º 17 de 23-08-2023.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

339. Justificação de faltas.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

## Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

340. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de redução em 50% do valor das taxas devidas pela ocupação dos lugares da feira semanal e do mercado municipal, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, como medida excecional e temporária de estímulo à atividade económica, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente deu a palavra ao Vice-Presidente, José Adriano Lima, para este explicar o assunto em análise.

O Vice-Presidente cumprimentou a mesa, os membros da Junta de Freguesia, bem como todo o público que acompanha a reunião.

Explicou que já há vários anos que o Município tem feito isenções e reduções aos valores pagos pelos feirantes pelos seus lugares na feira semanal, como forma de incentivo à sua presença no concelho. Este Município considera que a feira é importante na dinâmica económica local e que por esse motivo deve ser mantida a sua regularidade.

Este ano a proposta é de uma redução de 50% e não de uma isenção total, até porque já passaram alguns anos desde o COVID, considera-se que os feirantes já retomaram a normalização da sua atividade.

Interveio o Vereador José Rodrigo para firmar que a feira tem perdido interesse, pois muitos são os feirantes que já nem aparecem, pois apesar da isenção do valor a pagar pelo lugar, não compensa o valor pago pelas deslocações, estando a feira cada vez mais vazia quer de tendas que de pessoas. Assim, propõe a aplicação da taxa de 25%, atendendo que a feira se encontra moribunda.

O Presidente respondeu que as feiras sempre foram um momento importante nas zonas rurais, como Melgaço e que tem perdido vitalidade em todo o País, por outro lado, ganharam-se outras atividades. Claro que se quer que a feira mantenha a sua dinâmica e funcionamento, tal como disse o Vice-Presidente entende-se que é um momento importante para a economia local, por esse motivo face à situação pandémica foi criada a isenção do pagamento dos lugares de feira e mantida após o fim da mesma, tendo os feirantes gozado da isenção durante os anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, neste momento propõe-se a retoma da normalidade, mas gradualmente, situação que os feirantes percebem e não se opõe. No que toca ao estado da feira, claro que já teve maior dinâmica, mas continua a atrair não só os locais como também os Espanhóis que visitam regularmente a nossa feira.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 11437 de 13-11-2023 e no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, o seguinte:

- A redução em 50% do valor das taxas devidas pela ocupação dos lugares da feira semanal, assim como das taxas devidas pela ocupação do Mercado Municipal (bancas de legumes e frutas, bancas de pescado, talhos, câmaras de frio);

- que esta redução tenha efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024 e que decorra até 31 de dezembro de 2024 e que seja aplicada automaticamente, não sendo necessário qualquer requerimento por parte dos beneficiários;
- Independentemente de outros meios adequados para o efeito, a aprovação deverá ser publicitada na página oficial do município na internet e por edital a afixar nos lugares de estilo no edifício dos Paços do Concelho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta

341. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS) para 2024, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Pedi a palavra o Vereador José Rodrigo para afirmar que a bancada do PSD apoia as medidas, contudo acreditam que se deve ir mais longe. Propôs a melhoria do apoio à natalidade, a implementação de um seguro de saúde para as famílias pago pelos lucros das eólicas, uma dedução de até 50% do valor do IRS com escalões progressivos e ao nível do IMI, recomendou que a taxa fosse 0,3% em vez de 0,32%.

O Presidente respondeu que as medidas em causa foram todas pensadas e implementadas para o apoio às famílias, tendo sido reforçadas e melhoradas ao longo dos anos. Além disso, o Município está a fazer outro trabalho que é a criação de emprego, pois não é só com apoios que fixámos a população, mas também, com mais economia, através da indústria e do comércio, isso é o que pode atrair a população em idade fértil, não um apoio à natalidade.

Relativamente aos impostos, IRS, em orçamento é consignado 5% do IRS, que se traduz numa devolução de duzentos e cinquenta mil, estes valores para as famílias são irrisórios, e feita a sua devolução seria para as famílias com mais posses, assim considera-se que deve ser mantido para o Município proporcionar investimento para todos. Já o IMI, encontra-se praticamente no escalão mais baixo, 0,32%, abdicando desses valores há uma diminuição da receita do Município, tornando impossível a realização de investimentos, como por exemplo de intervenções em vias, ou o apoio às Juntas de Freguesia, os às instituições como os Bombeiros Voluntários, que só essa instituição obtém de apoio do Município valor superior ao arrecadado em sede de IRS.

Estas coisas fazem-se porque tem de ser feitas, as coisas são calculadas e repensadas, não se trata de má vontade, o Executivo em funções ouve as sugestões do PSD e essas são tidas em conta, mas nem sempre são possíveis face aos investimentos. A questão do seguro de saúde todos os anos é reivindicada, contudo não nos parece o caminho, não é o seguro de saúde que resolve os problemas que se fazem sentir nessa área, mas sim o investimento na saúde pública, tal como se está a fazer, neste momento há investimento previsto na unidade de saúde local, há uma gestão adequado do Centro de Saúde, claro que há coisas que não passam pelo poder local, mas sim pela ULSAM. O serviço de saúde particular deve continuar a ser feito, mas como complemento ao serviço público.

O Vereador José Rodrigo disse que detinham uma visão diferente, pois por vezes não é só o dinheiro, mas a atitude que pode fazer diferença. Num concelho que perde população como Melgaço é necessário dar sinais de que se quer contrariar essa perda. Efetivamente é

importante o investimento na indústria e no comércio, proporcionando salários atrativos, mas esse processo tem o seu tempo e até lá é necessário manter a sustentabilidade do concelho, preocupando-se com outras questões.

O Presidente afirmou que esse processo de atração de empresas e emprego não é um futuro lógico, mas sim o presente, pois já existem empresas a instalar-se no concelho, como por exemplo hipermercados ou o Hotel do Peso para o ano, nem precisamos de falar na indústria, para mostrar esses sinais, mas também a esse nível já foram apresentados interesses por empresas de vários setores.

O Executivo deliberou, por maioria, com uma abstenção do Vereador da bancada PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 11843 de 21-11-2023 e no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS) para 2024.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

## Divisão de Obras e Serviços Urbanos

342. Presente para efeitos de aprovação a execução da caução prestada pela Manteivias - Engenharia & Construção, S.A., no âmbito do Contrato n.º 63/2021, para pagamento da limpeza das terras depositadas na via localizada no acesso principal da ZEA, no valor de 802,50€+IVA, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 11444 de 14-11-2023, aprovar o seguinte:

1. Executar a caução prestada pela Manteivias – Engenharia & Construção, S.A., no âmbito do Contrato n.º 63/2021, para o pagamento da limpeza das terras depositadas na via localizada no acesso principal da ZEA, no valor de 802,50€+IVA, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 296.º do CCP;
2. Que do exposto seja notificado o empreiteiro para, caso assim o entenda, exercer o seu direito de audiência, por escrito, no prazo de 10 dias úteis, nos termos do artigo 121.º e 122.º do CPA.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

## Gabinete de Projetos

343. Presente para efeitos de aprovação a fixação da taxa de atualização tarifária a aplicar às tarifas de transporte público municipal, que ficará anexa a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 11651 de 16-11-2023, a aprovação da fixação da taxa de atualização tarifária em 6,43%, a aplicar em 2024.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.



## Divisão de Gestão Municipal

344. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à Assembleia Municipal, a majoração da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados para o ano de 2023, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata. O Executivo deliberou, por maioria, com um voto contra do Vereador da bancada PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº11495 de 14-11-2023 e de acordo com a alínea ccc), do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro e nº8 do artigo 112º do Código do IMI, a majoração em 30% da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados para o ano de 2023.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

345. Presente para efeitos de aprovação o Acordo a celebrar entre o Município de Melgaço e José do Pio Celeiro, no âmbito da execução do Plano de Urbanização das Carvalhiças, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º11900 de 23-11-2023 e ao abrigo do artigo 11.º da Lei n.º53-E/2006, de 29 de dezembro e no uso das competências conferidas pelas alíneas g) e ee) do n.º1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a aprovação do Acordo a celebrar entre o Município de Melgaço e José do Pio Celeiro, no âmbito da execução do Plano de Urbanização das Carvalhiças.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

346. Presente para efeitos de ratificação a aprovação do Protocolo de Cooperação Institucional no Domínio da Habitação entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., e o Município de Melgaço, que ficará anexo a esta ata. Os Chefes de Unidade prestaram a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º11933 de 23-11-2023 e no uso da competência prevista no n.º3 do artigo 35.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, ratificar a aprovação de Protocolo de Cooperação Institucional no Domínio da Habitação entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., e o Município de Melgaço.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

347. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal a proposta de contrair empréstimo de curto prazo para o ano de 2024, que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com uma abstenção do Vereador da bancada PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º10849 de 26-10-2023 e no uso do n.º1 do artigo 50.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro e da alínea f) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de contrair empréstimo de curto prazo para o ano de 2024.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

## Presidência

348. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de alteração ao Contrato Programa e Contrato de Arrendamento da empresa Municipal Melsport, que ficará anexo a esta ata.

O Presidente da Câmara explicou que o valor do contrato programa foi atualizado em função da utilização das diferentes valências, já o valor do contrato de arrendamento foi atualizado por força da atualização legal.

O Vereador José Rodrigo disse que a Melsport deverá procurar uma gestão autossustentável, para reduzir o apoio do Município e otimizar as receitas próprias.

O Executivo deliberou, por maioria, com uma abstenção do Vereador da bancada PPD/PSD, nos termos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de alteração ao Contrato Programa e Contrato de Arrendamento da empresa Municipal Melsport.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

349. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal a proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024, que ficará anexa à presente ata.

O Presidente da Câmara procedeu à apresentação do Orçamento para 2024, o qual determina uma receita 34.300.000,00€, em que a receita corrente acende a 18.530.050,00€, fruto das rendas provenientes das eólicas, dos impostos diretos e indiretos, taxas, vendas de bens e serviços, entre outras, já as receitas de capital têm a expressão de 15.769.950,00€. A maior percentagem de receita provém dos fundos comunitários e das transferências do Orçamento de Estado.

As despesas correntes determinam um valor global de 17.790.628,00€, relativas a despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, subsídios, transferências correntes, entre outras. Por outro lado, a despesa de capital ascende a 16.509.372,00€, corresponde a aquisição de bens de capital, transferências de capital, e ativos e passivos financeiros.

No apoio a instituições locais prevêem-se transferências correntes no montante de 1.032.961,00€, bem como transferências de capital pelo valor de 130.000,00€.

Solicitou a palavra o Vereador José Rodrigo para proceder a uma análise detalhada das diferentes rubricas orçamentais, tendo em conta as flutuações quer da receita quer da despesa, em relação ao ano anterior. Salientou como aspetos positivos, as questões relacionadas com os resíduos urbanos, com o radar social, o Plano de Pormenor de Castro Laboreiro, bem como os projetos para a implementação de duas rotundas, em Alvaredo e Prado. Também congratulou a continuidade do serviço do BUPI.

Disse que não se verificam grandes alterações a não ser a focalização nos investimentos que já se encontram em curso, acrescido de alguns investimentos em despesas correntes. O orçamento continua muito vocacionado para o setor empresarial, contudo o processo de



implementação das empresas vai durar dois a três anos, pelo que é necessário sustentabilizar esse período. Esta proposta de orçamento não irá resolver todos os problemas do concelho, nem irá atrair a fixação de pessoas se as empresas que se venham a implementar proporcionarem aos colaboradores o salário mínimo. Nesse sentido, é necessário atrair pessoas para o concelho, nomeadamente através de apoios a jovens e de dinâmicas que fomentem a sua fixação ao território.

Estas circunstâncias e muitas das questões que o PSD vem alertando e propondo mecanismos de atração de população não se veem refletidos no orçamento, pelo que não podemos ser favoráveis.

O Presidente explicou que se trata de um orçamento ambicioso, que se traduz num grande investimento no território. Relativamente ao emprego qualificado para atrair jovens, afirmou não estar tão pessimista, pois por exemplo o Hotel do Peso, não irá funcionar com salários mínimos, pois vão atrair massa crítica ao território. No que diz respeito às empresas da Zona Empresarial está neste momento aberto o processo de candidatura só no final será possível fazer uma análise.

Neste momento já se nota no concelho que nos encontramos num momento de revigoração do território, já é uma “panela a borbulhar”, tal como um empresário já referiu. Isto porque há vontade de investimento em Melgaço e já há muito investimento em curso. Trata-se de um orçamento com uma aposta arriscada poia a sua gestão não será fácil. A atração de população também já é uma realidade pois muitos são os casos de emigrantes a regressarem ao concelho, alguns de terceira geração.

O Vereador José Rodrigo afirmou que não se encontrava pessimista, até porque da sua experiência os resultados não surgem com o pessimismo, mas é necessário ter força para agarrar os desafios e sobretudo para os aceitar.

Tudo o que tem sido feito no sentido de atrair população e de criar condições de fixação deve ser aplaudido, pois muito tem sido feito. Garantiu que detinha esperança de que todos os acessórios que estão a ser construídos são necessários e mais tarde terão valor acrescentado. Contudo, é necessário pensar neste período de transição e avaliar que outros não avancem primeiro, por já terem estruturas criadas.

No turismo por exemplo ainda há trabalho a fazer, não querendo ensinar, mas é necessário fazer protocolos com agências para serem desenhados tours. A publicidade mais barata ou até gratuita é a recomendação, mas é necessário participar em convenções, seminários, congressos, para evoluir, são áreas que é necessário valorizar no concelho e há pessoas válidas que o podem fazer.

O Presidente respondeu que em 2015 foi desenhada uma estratégia para o turismo no concelho, afirmando-se uma marca turística, de forma a atrair outros públicos. O resultado está à vista com a capacidade de acolher os que cada vez mais nos procuram. O Município capacitou também o concelho com equipamentos de visitação importantes, como por exemplo os trilhos. A ocupação do concelho de Melgaço foi superior a todo o Alto Minho. Muitas são as empresas reconhecidas pelo seu trabalho, como a Soalheiro que recebeu um prémio no âmbito do enoturismo. E ainda o turismo de saúde que irá evoluir quando o Hotel entrar em funcionamento. Melgaço é uma marca muito bem posicionada no mercado, que se está a traduzir em investimento no território.

O Executivo deliberou, por maioria, com um voto contra do Vereador da bancada PPD/PSD, nos termos e para os efeitos da alínea c) do nº1 do artº33 da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024.  
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

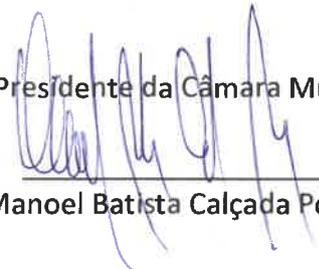
### III – Período de Intervenção do Público

Neste período não houve pedidos de participação do público.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 16.50 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Sonia Gas Domingues, Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



Manoel Batista Calçada Pombal